



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA**

Processo nº 10530.000096/2001-61
Recurso nº 120.150 Voluntário
Matéria FALTA DE RECOLHIMENTO;COMPENSACAO
Acórdão nº 203-13.564
Sessão de 06 de novembro de 2008
Recorrente FERTIBAHIA COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
Recorrida DRJ-SALVADOR/BA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 01/03/1999 a 31/03/1999, 01/10/1999 a 31/10/1999

DILIGÊNCIA. ERRO DE APURAÇÃO

Se a diligência não constatou o erro de apuração alegado pela recorrente, referente aos meses de março e outubro de 1999, não há porque anular os lançamentos do auto de infração.

PROCESSO DE COMPENSAÇÃO.

Conforme art. 7º da IN/SRF nº 21 de 10 de março de 1997, o Segundo Conselho de Contribuintes não é competente para iniciar processo de compensação. Para ter seu crédito resarcido/compensado, a recorrente deverá protocolizar pedido de resarcimento com a declaração de compensação junto à Delegacia da Receita Federal, que é a repartição competente para iniciar os processos de compensação.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 10.03.09

Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Siape 91660

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Eric Moraes de Castro e Silva, Odassi Guerzoni Filho, José Adão Vitorino de Morais, Raquel Motta Brandão Minatel (Suplente) e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 10/08/09

off
Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Sape 91650

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 10/03/09


Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Slape 91650

CC02/C03
Fls. 142

Relatório

Trata o presente processo de auto de infração lavrado em 01/02/2002 contra a recorrente, em virtude de a mesma não ter recolhido a Cofins nos meses de março a dezembro de 1999, com exceção do mês de abril (fls.06/09).

O crédito fiscal a ser apurado no período da autuação é de R\$ 40.551,30, somados aos juros de mora no valor de R\$ 7.924,61, além da multa de ofício de 75% aplicada que resultou no valor de R\$30.413,44. O total da autuação é de R\$ 78.889,35.

Em 02/03/2001 a contribuinte apresentou pedido de impugnação junto à DRJ (fls.74/78).

No pedido de impugnação, a impugnante explicou que sua empresa é composta por uma matriz e uma filial.

Segundo a impugnante, os dois estabelecimentos fizeram o recolhimento dos tributos e contribuições regularmente. No entanto, a filial não registrou seus recolhimentos nas Declarações de Contribuições e Tributos Ficiais – DCTFs, pois pressupôs que o registro havia sido feito dela matriz.

Alegou que os recolhimentos foram feitos dentro do prazo e a maior, portanto, deve ser resarcida.

A impugnante também alegou falhas no cálculo do auto de infração, pois encontrou várias divergências entre os cálculos do auditor fiscal e os cálculos nos registros fiscais contábeis da impugnante.

Ao fim do pedido de impugnação, a impugnante requereu que fosse julgado improcedente o auto de infração e que fosse reconhecido o direito à restituição dos valores pago a maior, com atualização da Taxa Selic.

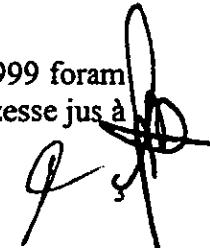
A DRJ julgou da seguinte forma (fls. 97/102):

O agente autuante usou como base de cálculo os mesmos valores declarados pela impugnante na Declaração de Informação Econômico- Fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ 2000, porém a impugnante não esclareceu nada acerca das divergências apontadas.

Em decorrência de consulta efetuada ao Sistema SINAL 05, a DRJ deu razão parcial para a impugnante, quanto ao recolhimento efetuado pela filial.

A DRJ também esclareceu que, conforme a Lei nº 9.779/99, a impugnante deveria apresentar DCTF complementar, com o fim de a matriz incluir os valores recolhidos pela filial.

Demonstrou que os recolhimentos efetuados em março e outubro de 1999 foram menores que o devido, portanto não cabe a restituição. E mesmo que a impugnante fizesse jus à



restituição, a DRJ não é competente para analisar pedido de restituição, devendo a contribuinte fazer a solicitação na unidade fiscal da jurisdição do contribuinte.

Por fim, a DRJ exonerou os lançamentos de todos os meses, exceto o valor de R\$ 824,84 relativo a março, e R\$ 837,67, relativo a outubro. Dessa forma, manteve lançado o valor total de R\$ 1.662,51.

A contribuinte foi citada da decisão da DRJ em 29/10/2001 (fl.104).

Em 14/11/2001, a contribuinte recorreu a este Conselho de Contribuintes com as seguintes alegações (fls. 105/109):

Houve erro na apuração dos meses de março e outubro de 1999. Elaborou tabela para demonstrar que a recorrente não é devedora da União, mas sim, credora.

A DRJ reconheceu o pagamento a maior dos demais meses, porém não concedeu a restituição.

Ao fim, a recorrente pediu que fosse reformada a decisão da DRJ, para que fossem cancelados todos os lançamentos, além de promover à restituição/compensação dos valores pagos a maior.

É o relatório.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 10 / 03 / 09


Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Siape 91850

Brasília, 10 / 03 / 09


Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Sape 91650

CC02/C03
Fls. 144

Voto

Conselheiro JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA, Relator

O Recurso Voluntário interposto é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, razões pela quais, dele tomo conhecimento.

O período de autuação do presente processo vai de março a dezembro de 1999. A DRJ julgou improcedentes os lançamentos de quase todos os meses, mantendo apenas os lançamentos referentes aos meses de março e outubro. Dessa forma, cabe a este colegiado apreciar somente os lançamentos referentes a esses dois meses.

Ocorre que esse processo já foi apreciado por este colegiado. Em 20/03/2003 os membros deste colegiado decidiram, por unanimidade, converter o julgamento do recurso em diligência (fl.119) a fim de obter as seguintes informações:

"1) são procedentes as alegações da contribuinte?"

2) Caso procedente, quais os valores que deveriam ter constado no lançamento e qual o efeito prático sobre o mesmo, de forma a se analisar-se persiste ou não recolhimento insuficiente. Para melhor visualização, deverá ser elaborado demonstrativo de imputação; e

3) caso improcedente, qual o motivo da discordância do Fisco em relação à planilha apresentada pela contribuinte?"

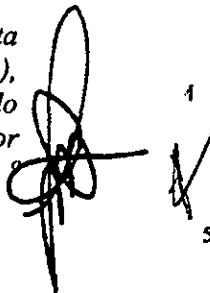
No Termo de Encerramento de Diligência (fl 135), o auditor-fiscal expõe que, mesmo com uma intimação e duas reintimações, a contribuinte não atendeu integralmente às solicitações feitas durante a diligência. Concluindo que, "com base nos elementos apresentados, não é possível determinar a base de cálculo do PIS e da COFINS".

E continuou dizendo que "não é possível afirmar que a base de cálculo apresentada pelo contribuinte à fl. 110, para a COFINS, e à fl. 109, para o PIS, engloba a totalidade das receitas obtidas pela empresa".

Pela resposta da diligência, tem-se que a própria contribuinte não apresentou os documentos que comprovam suas alegações. Dessa forma, não resta dúvida de que o cálculo efetuado pelo agente autuador está correto, motivo pela qual devem ser mantidos integralmente os lançamentos referentes aos meses de março e outubro de 1999.

Relativo aos valores recolhidos a maior, dos quais a recorrente pleiteia a restituição/compensação, cabe salientar o que diz a o art. 7º da Instrução Normativa da SRF nº 21 de 10 de março de 1997.

"Art. 7º Compete à autoridade administrativa da Delegacia da Receita Federal (DRF) ou da Inspetoria da Receita Federal, classe A (IRF-A), do domicílio fiscal do contribuinte, decidir acerca do crédito pleiteado e autorizar o seu pagamento, relativamente à parte em que for favorável a decisão, na forma da Instrução Normativa Conjunta n.º


5

117, de 16 de novembro de 1989, expedida pela SRF e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a autoridade competente poderá determinar seja efetuada diligência fiscal prévia, nos estabelecimentos do contribuinte, de modo a constatar, face à sua escrituração contábil e fiscal, a veracidade dos dados apresentados”.

Conforme expresso no dispositivo acima, o Conselho de Contribuintes não é competente para dar início ao processo de compensação.

Dessa forma, para ter seu crédito resarcido/compensado, a recorrente deverá protocolizar pedido de ressarcimento com a declaração de compensação junto à Delegacia da Receita Federal de Feira Santana, que é a repartição competente para iniciar os processos de compensação.

Ex positis, nego provimento ao Recurso Voluntário interposto

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2008

JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	<u>10 / 03 / 09</u>
<i>[Signature]</i>	
Marilde Cursino de Oliveira	
Mat. Slape 91650	